CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会

CARTA DA CHINA

Ano 5 | Nº 43 | 19 de dezembro de 2008

Nesta edição

- Hu Jintao visita América Latina e reafirma importância estratégica da região para China
- Governo chinês implementa novas medidas para sanar efeitos da crise internacional e do setor imobiliário doméstico
- Crise financeira internacional e imprevistos mudam os rumos da política chinesa em 2008
- *Dragonomics* analisa o setor energético chinês

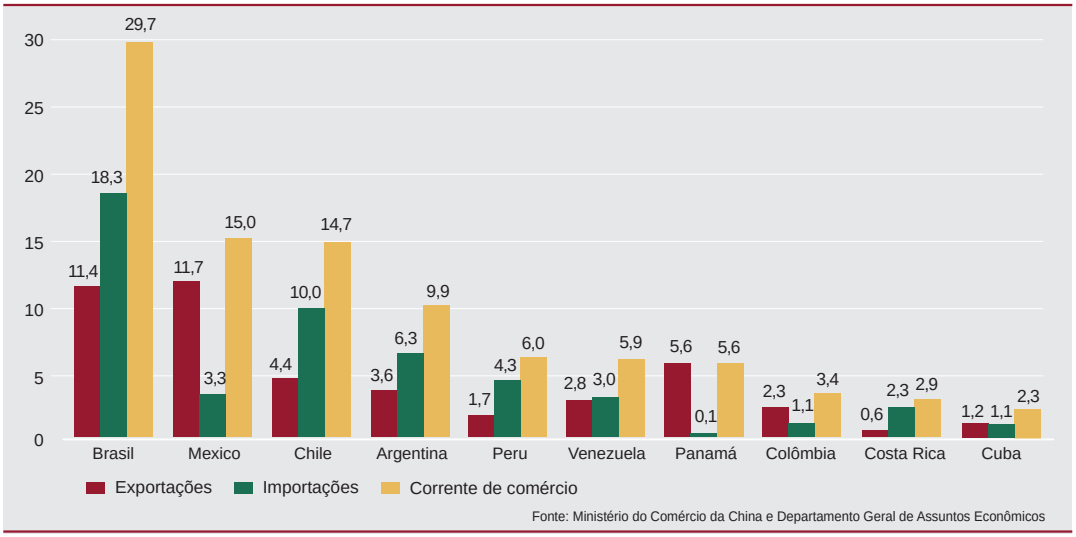
América Latina

China lança política para a América Latina e reforça importância da região

O relacionamento entre China e América Latina tem sido ao longo das últimas décadas marcado por ambiente amistoso e de razoável cooperação. Em 2004, quando ocorreu a primeira visita do presidente chinês Hu Jintao a países latino-americanos, os laços tornaram-se ainda mais estreitos e impulsionaram o comércio entre o continente e o país asiático. A década de 2000 observou salto no que diz respeito aos índices do comércio entre a China e a região, que passou de US$ 12,6 bilhões em 2000 para US$ 102,5 bilhões em 2007. Em 2007, aproximadamente 40% das exportações da América Latina tiveram como destino a região Ásia-Pacífico, tendo sido a maior parte direcionada à China. Destacam-se ainda acordos bilaterais de livre comércio e estabelecimento de mecanismos de diálogo (em especial o canal de Diálogo Estratégico) com alguns países do continente americano. A política para America Latina (China´s Policy Paper on Latin América and the Caribbean) lançada em novembro de 2008, acompanhada da presença de Hu na reunião de cúpula da APEC e de subseqüente visita a Cuba e Costa Rica, foram os mais recentes indicativos do papel estratégico que os latino-americanos possuem para o país asiático.

Motivada por seu acelerado crescimento, a China voltou-se para a América Latina interessada em comprar matérias-primas e em diversificar parceiros comerciais, dependendo menos das exportações para os Estados Unidos e União Européia. Apesar de certa frustração entre os países latino-americanos em razão de expectativa por investimentos chineses – havia rumores de que Hu Jintao teria prometido durante sua visita em 2004 investimentos de US$ 100 bilhões na região, fato negado pelo governo chinês que alegou que tal montante se referia a estimativa para o comércio – a interdependência entre América Latina e China tem sido cada vez maior e a tendência é que esse cenário permaneça nos anos seguintes. O Chile, país com o qual a China firmou acordo de livre comércio em 2005, observou aumento de 65,9% entre 2006 e 2007. Ainda, observam-se países como a Colômbia que, apesar de terem fluxo total de comércio com a China ainda tímido, registrou o maior crescimento entre os latino-americanos no mesmo período de 90,7%.

Comércio com a China em 2007 - em US$ bilhões



Fonte: Ministério do Comércio da China e Departamento Geral de Assuntos Econômicos

Apesar de Estados Unidos e União Européia se manterem como os principais parceiros comerciais da América Latina, com corrente de comércio de US$ 560 bilhões e US$ 250 bilhões respectivamente, o ritmo de crescimento das trocas com a China – terceiro maior parceiro da região - é mais acelerado e a tendência é que, mantidas as taxas, o país asiático supere a União Européia nos próximos anos. Tal crescimento tem ainda como resultado deslocamento de fornecedores tradicionais da América Latina como o Brasil, que vem perdendo fatias consideráveis em mercados como a Argentina. Deve-se ressaltar, contudo, que apesar da competição gerada, a ascensão da China é extremamente benéfica à economia brasileira. Por um lado, o impacto da demanda chinesa sob os preços das *commodities* nos mercados mundiais que proporcionaram significativos resultados positivos no saldo das trocas do Brasil com o mundo, por outro, o crescimento da produção industrial do país também proporcionada por ganhos em competitividade e inovação tecnológica gerada pela importação de máquinas e componentes chineses (que representam mais de 76% das compras brasileiras de produtos chineses) mais baratos.

A aproximação com a América Latina continua sendo essencial para o governo chinês que tem buscado meios distintos de estreitar os laços com os países da região. Em novembro de 2008 dois importantes passos foram dados para consolidar a parceria entre chineses e latino-americanos que não se limita ao âmbito econômico-comercial e se estende à esfera política. O documento China´s Policy Paper on Latin América and the Caribbean, lançado em novembro desse ano, define diretrizes para a política chinesa na América Latina, conforme detalhado a seguir.

O chamado Policy Paper enfatiza a importância da América Latina e dos países caribenhos para a China e delineia ações e políticas futuras para o continente. Na esfera político-governamental o documento prevê integração e intercâmbio de experiência entre o Congresso Nacional do Povo e parlamentos dos países latino-americanos, bem como com os do Mercosul, Pacto Andino e demais organizações regionais. O documento expressa a vontade do governo chinês em estabelecer mecanismos de consulta e cooperação em comitês destinados a assuntos políticos, econômico-comerciais, culturais, sociais e um destinado ao Diálogo Estratégico. Cooperação em questões internacionais e intercâmbio de experiências entre governos locais dos países também constam no Policy Paper.

Nos assuntos sócio-culturais, o China Policy Paper considera importante o intercâmbio de experiência entre autoridades chinesas e latino-americanas e firmar acordos de cooperação em projetos culturais, esportivos, de ciência e tecnologia e educação. Outro campo de interesse do governo chinês é saúde, setor este que está passando por reformulações no país asiático e onde experiências de sucesso devem ser absorvidas e aprimoradas. Outro assunto urgente para o governo chinês, o meio ambiente, atingiu níveis inaceitáveis de degradação, tornando pouco sustentável o crescimento da China. Para tanto, o governo do país incluiu no Policy Paper incentivos a projetos de cooperação em proteção ambiental, combate às mudanças climáticas, redução de desastres ambientais e assistência humanitária no caso de ocorrência dos mesmos. Garantia de bem-estar social, com estímulos à cooperação em questões de seguridade social e direitos trabalhistas, bem como redução de desigualdade social também possuem destaque no Documento.

Na esfera de segurança interna e externa o Policy Paper prevê treinamento de oficiais e autoridades militares chineses em países da América Latina, além de fornecimento de material bélico pela China aos latino-americanos. Durante a visita, o vice-presidente da Comissão Central Militar do Partido Comunista visitou países como Venezuela, Brasil e Chile para reunir-se com autoridades latino-americanas da área. Ademais, será estimulada cooperação entre o país asiático e a América Latina em questões judiciais e assuntos de segurança como terrorismo e tráfico de drogas.

No âmbito econômico o Policy Paper prevê cooperação em diversos setores como: Comércio – objetivo será comércio com benefícios para ambos, além de balança relativamente equilibrada –; investimentos – serão apoiados projetos nos setores manufatureiro, agrícola, florestal, energético, de pesca, de recursos minerais, de infra-estrutura e de serviços –; financeiro – estão entre os principais objetivos, a conclusão dos acordos de regulação bancária, bem como combate conjunto à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo –; agrícola – projetos de cooperação na proteção da flora e da fauna, além de treinamento de trabalhadores chineses na América Latina –; e industrial – está previsto estabelecimento de mecanismos de cooperação, assim como compartilhamento de melhores práticas em ambos os processos industriais. O documento ainda estimula projetos que envolvam cooperação nos setores de infra-estrutura, recursos energéticos, alfândega, controle de qualidade de produtos, turismo e organismos multilaterais. Por fim, aborda a possibilidade de redução e cancelamento de dívida, discussão que já foi iniciada com Cuba, por exemplo.

Em seguida ao lançamento do Policy Paper, o presidente Hu Jintao iniciou visita à América Latina indo ao Peru, onde ocorreu a reunião da APEC. Durante o fórum o presidente Hu Jintao enfatizou a intenção chinesa de aumentar parceria político-econômica com os países latino-americanos. Além de reafirmar os pontos contidos no Policy Paper, Hu apresentou proposta centrada em cinco principais pontos: mudanças climáticas; desenvolvimento de regimes multilaterais; implementação de programas de responsabilidade social; segurança alimentar e energética; e coordenação de políticas macroeconômicas para aliviar os impactos da atual crise. Ainda, todos os líderes presentes afirmaram ser necessário evitar medidas protecionistas e estimular as trocas comerciais e fluxo de investimentos, além de concluir com êxito a Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A visita de Hu Jintao também foi de suma importância para Peru, Costa Rica e Cuba, que firmaram com o país asiático diversos acordos de ordem econômico-comercial e social. Em sua passagem pela Costa Rica, Hu iniciou negociações para firmar em breve acordo de livre comércio entre os países. Tal negociação ocorre logo após a Costa Rica ter rompido com Taiwan e estabelecido relações diplomáticas com a China em 2007. Vale ressaltar que somente nesse período as trocas comerciais aumentaram em 33%, totalizando US$ 2,8 bilhões. No Peru, Hu e o presidente peruano Alan García firmaram o Acordo de Livre Comércio China-Peru e declararam que os países possuem parceria estratégica. O ritmo de crescimento do fluxo de comércio entre eles tem sido cada vez mais intenso e no período entre 2006 e 2007 o aumento foi de 53%, sendo o montante total de US$ 6 bilhões.

Em Cuba, as negociações foram ainda além dos assuntos econômicos e abrangeram também os aspectos sociais. Foram assinados acordos que prorroga até 2018 o pagamento de dívida referente ao déficit acumulado nas trocas comerciais com a China entre 1994 e 1995, extende, por mais cinco anos, linha de crédito de US$ 7 milhões outorgado a Cuba em 1998, concede crédito de US$ 80 milhões para reparação e modernização de hospitais e convênio para reconhecimento mútuo de estudos, títulos e diplomas de educação superior recebidos nos dois países.

O aumento do fluxo comercial entre China e América Latina, o lançamento do Policy Paper, as visitas de Hu Jintao e os acordos assinados reafirmam estratégia do país asiático de conquistar maior influência na região latino-americana. A China tem indicado e expressado abertamente que a América Latina é uma região estratégica e crucial para a manutenção de seu crescimento. Alguns países latino-americanos entenderam sua importância, inseriram a China entre as prioridades de suas agendas governamentais e já se beneficiam das vantagens proporcionadas pelo relacionamento com o país asiático. Contudo, o Brasil, apesar de teoricamente reconhecer a importância da China para o crescimento de sua economia, continua sem uma política clara para o relacionamento com o país asiático e a alta esfera governamental parece ainda não ter inserido o país em sua agenda estratégica.

Leia mais

Carta da China 42

O Brasil não pode desprezar os mecanismos de aproximação oferecidos pelo país asiático como o Diálogo Estratégico, que é praticamente ignorado por nosso governo. Outro canal importante é a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que foi estabelecida em 2006 e, desde então, só se reuniu uma única vez. Os diversos órgãos do governo brasileiro que compõem e coordenam as subcomissões que formam a COSBAN parecem não ter interesse em manter diálogo freqüente e permanente com suas contrapartes chinesas. Enquanto a China e diversos países da América Latina têm demonstrado interesses mútuos e firmado acordos que visam ao estreitamento do relacionamento entre eles, o Brasil ruma contrário ao fluxo, ignorando os canais de diálogo existentes.

A ascensão da China como uma das principais potências econômicas mundiais já deixou de ser promessa para tornar-se realidade. No cenário de crise profunda pela qual passa a economia mundial, aproximar-se da China não é somente estratégico como também essencial para a manutenção do crescimento da economia brasileira. ■

Economia

Empréstimos e estímulo ao consumo interno são as respostas imediatas do governo chinês à crise

Leia mais

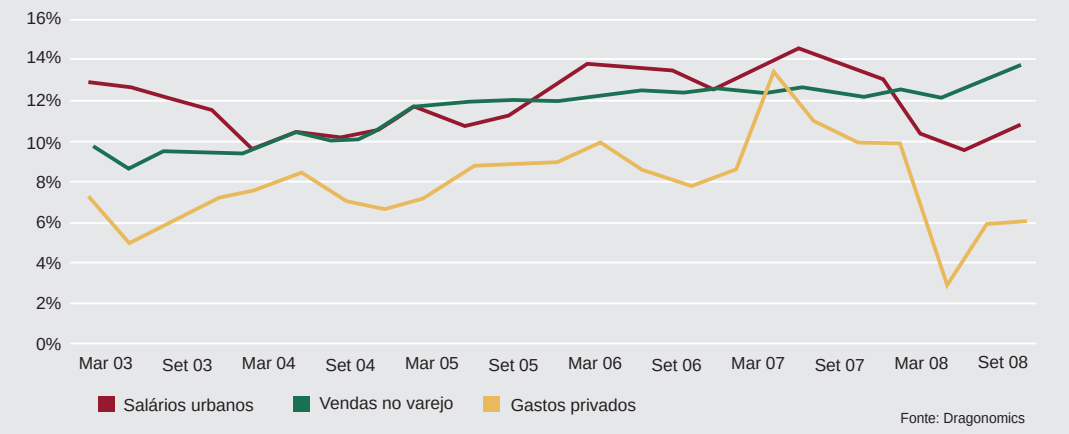
Carta da China 42

Face à acentuação da crise de liquidez internacional e de claros sinais de desaceleração da economia chinesa no terceiro trimestre de 2008, o governo chinês somou ao pacote de estímulo econômico de aproximadamente US$ 580 bilhões, anunciado ao início de novembro, o maior corte de juros desde a Crise Asiática de 1997 e a expansão de pacote de estímulo ao consumo interno. Tais medidas não somente objetivam combater os efeitos econômicos da crise, como também abrandar tensões sociais causadas pelo aumento da taxa de desemprego no país.

A taxa de juros anual de empréstimo e a taxa de rendimento anual de poupança sofreram reajustes de 1,08 ponto percentual (p.p.), estabilizando-se em 5,58% e 2,52%, respectivamente, em 26 de novembro de 2008. Embora consideradas agressivas, outras medidas de estímulo à liquidez foram adotadas quase simultaneamente – redução da taxa de compulsórios em 1 p.p. para grandes bancos e até 2 p.p. para bancos menores, além de diminuição de 0,27 p.p. na taxa de juros paga aos bancos pelas reservas depositadas no People's Bank of China, banco central chinês. Ainda com intuito de estimular empréstimos e preparar-se para cenário mais economicamente hostil em 2009, a Comissão Reguladora dos Bancos da China (CBRC, na sigla em inglês) solicitou aos pequenos e médios bancos que aumentem a taxa de adequação mínima de capital (capital adequacy ratio – CAR) de 8%, nível oficial e acordado pela Convenção de Basiléia, para 10%.

A necessidade e compromisso da China em adotar modelo de crescimento mais dependente de consumo interno e serviços - e não tanto de produção industrial, investimentos e exportações - ficaram ainda mais evidentes com a decisão de expandir o programa de estímulo à demanda interna já em vigor desde dezembro de 2007 na zona rural. Até 2013, mais de 30 cidades e províncias também poderão adquirir aparelhos eletrodomésticos subsidiados pelo governo chinês em até 13%. Televisores, geladeiras, máquinas de lavar e celulares são alguns dos produtos que fazem parte do programa e, não coincidentemente, a China é atualmente o maior país produtor e exportador dos mesmos.

Salários urbanos, vendas no varejo e gastos privados – Cresc. (%) real anual



Além de atender aos anseios de consumo de indivíduos de baixa renda e, consequentemente, atuar como fator de inclusão de camadas menos favorecidas da sociedade no processo de desenvolvimento econômico, a maior abrangência do pacote de estímulo ao consumo doméstico também proporcionará estímulos a indústrias e importações de ferro, aço, metais não-ferrosos e plástico. Em novembro, a China registrou o menor crescimento em sua produção industrial desde o início de 1994 – excluindo meses de comemorações do Ano Novo chinês -, de 5,4%%, além de queda significativa de investimentos em construção, demanda por energia e arrecadação de impostos.

A desaceleração industrial tem provocado aumento do desemprego no país, especialmente na região sul da China onde existe número maior de empresas exportadoras de pequeno e médio porte. No primeiro semestre de 2008, estatísticas da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) indicam que aproximadamente 67 mil empresas de pequeno e médio porte encerraram suas atividades na China em razão de desaceleração da economia e políticas monetárias restritivas. A fim de facilitar crédito a tais empresas, a China Association of Small and Medium Enterprise (CASME) disponibilizará US$ 440 milhões em empréstimos ao início de 2009. Vale salientar que, apesar de contribuírem com cerca de 60% do PIB da China, pequenas e médias empresas do país contraem em média apenas 25% dos empréstimos oferecidos pelos bancos chineses.

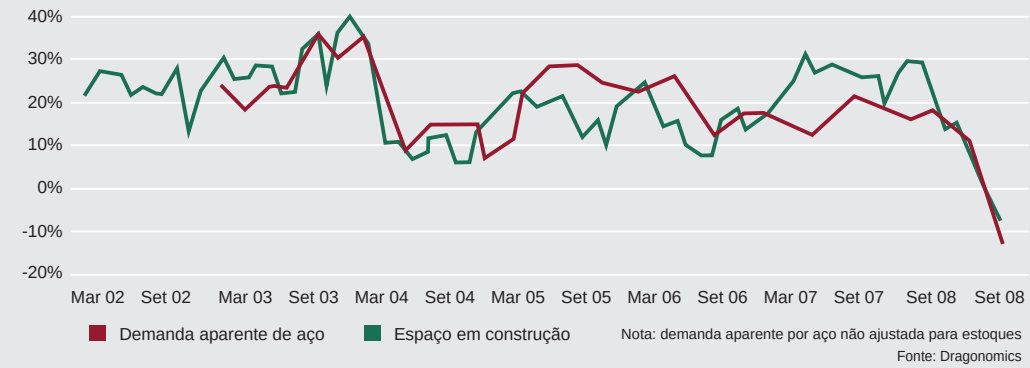
O fechamento de fábricas – ocasionado pelo aumento dos custos produtivos, valorização cambial e queda do ritmo de crescimento das exportações – e, sobretudo, desaceleração do setor de construção e imobiliário tem estimulado retorno de trabalhadores migrantes a suas cidades de origem no interior do país. Importante lembrar que estes correspondem a aproximadamente 58% da mão-de-obra manufatureira da China. Temendo desestabilidade social, o governo chinês já suspendeu planos de aumento de salários mínimos e permitiu que empresas do setor de serviços adotem carga horária e salários mais flexíveis. Incentivos temporários a indústrias intensivas em mão-de-obra, bem como subsídios a empresas que aumentem número de contratos e seguridade social, estão sendo avaliados.

Para 2009, o Banco Mundial prevê que o PIB chinês registrará queda de seu ritmo de expansão para 7,5% (outras instituições como Citigroup, Dragonomics e Fundo Monetário Internacional estimaram o crescimento do PIB chinês entre 8 e 8,5%), menor estimativa realizada pela instituição para o país nos últimos 20 anos. Embora ainda seja crescimento expressivo, o valor é inferior aos 8% considerados pelo governo central como necessário à manutenção de taxas de criação de emprego suficientes para absorver trabalhadores rurais migrantes, bem como para contrapor a relativa desaceleração dos índices de produtividade chineses. O Banco, por sua vez, sustenta que para manter inerte a taxa de desemprego no país e, consequentemente conservar (quase) intacta a imagem do governo central durante período de crise, é necessário crescimento acima de 9,5%.

Em outras palavras, com os incentivos à maior modernização e automação do parque industrial chinês, em vigência desde a década de 90, é necessário que o país cresça cada vez mais rápido para garantir cenário político, econômico e social estável. De acordo com Economist Intelligence Unit, na década de 80, para cada 1% de aumento do PIB eram gerados em média 0,3% a mais de empregos na China. Já na década seguinte, crescimento similar do índice correspondeu a aumento de apenas 0,1% de empregos no país.

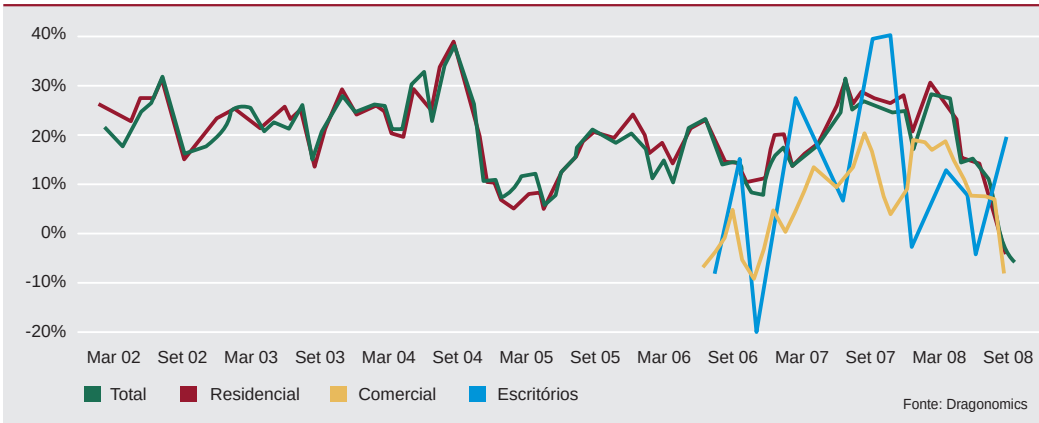
Empregando 77 milhões de trabalhadores, o setor de construção é um dos principais motores da economia chinesa e atualmente apresenta forte desaceleração. No acumulado de janeiro a outubro de 2008, registrou crescimento 5 p.p a menos do que o mesmo período de 2007. O setor de construção, que é responsável em média por 25% dos investimentos em ativos fixos, e a demanda de aço vinham registrando queda abrupta desde julho de 2008. No entanto, o Ministério do Comércio da China (MofCom, na sigla em inglês) anunciou que as importações de minério de ferro se recuperaram e apresentaram crescimento de 6% em novembro em relação ao mês anterior. Tal resultado já demonstra otimismo em relação ao pacote de estímulo econômico de US$ 580 bilhões.

Crescimento do setor de construção vs. demanda por aço - Cresc. (%) anual, 3mma



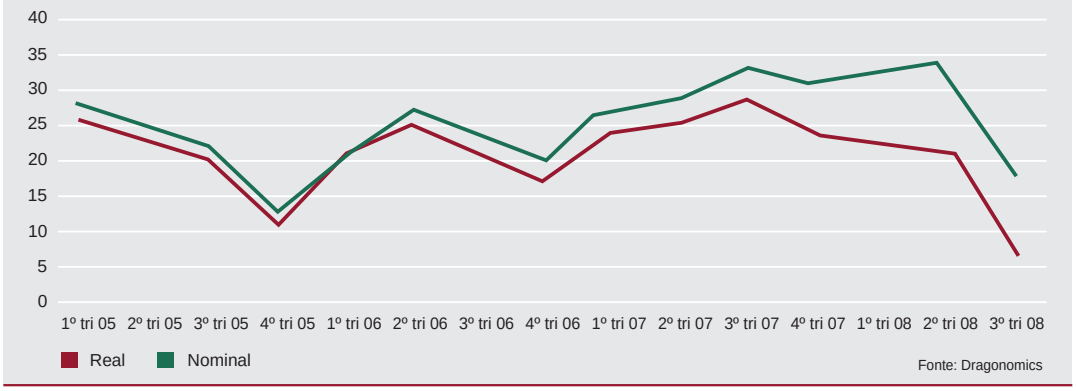
Para estimular o setor, o governo chinês construirá em 2009 complexo de casas e apartamentos de preços acessíveis e voltados para população de baixa renda. Os 8,5 milhões de m² que deverão ser construídos nos próximos três anos obterão investimentos de US$ 131,8 bilhões. A expectativa é de que já no segundo trimestre de 2009 ocorra recuperação significativa do setor, reafirmando tendência de reaquecimento da demanda de aço.

Espaço em construção por tipo - Cresc. (%) anual, 3mma



O setor imobiliário também apresenta desaceleração expressiva e, para conter tal cenário, em novembro houve corte de parte de impostos incidentes sobre comercialização de imóveis. Contudo, o imposto contratual, que sofreu as maiores modificações, é apenas pequena parte do custo para adquirir um imóvel na China e, por essa razão, não deverá salvar o setor totalmente. No segundo trimestre de 2008, os investimentos no mercado imobiliário declinaram de 21% para 5% no trimestre seguinte. Os preços no mercado imobiliário caíram de 12% ano-a-ano (a.a) em janeiro, para 1,8% a.a em outubro. De acordo com o Dragonomics, a queda será maior no primeiro trimestre de 2009, com decréscimo de 10% nacionalmente e declínio de até 35% em alguns mercados. Contudo, a política de incentivo ao setor lançada em primeiro de novembro de 2008, que diminui os gastos com transações e facilita o pagamento para novos compradores de pequenos e médios imóveis, deve recuperar parte do setor no segundo trimestre de 2009.

Crescimento do FAI no setor imobiliário – Cresc. (%) anual



O "superestimado" pacote de US$ 580 bilhões – Após pronunciamentos isolados e realizados por diferentes ministérios, a NDRC, agência de planejamento econômico central do governo, aprovou oficialmente o pacote de estímulo à economia chinesa ao final de novembro. De acordo com o órgão, a maior parte dos recursos será destinada ao setor de infra-estrutura. Contudo, parte dos investimentos anunciados já estava prevista para 2009 e 2010 antes da conflagração da crise. Dados do Dragonomics indicam que o volume de investimentos realmente novo estaria entre US$ 87 bilhões e US$ 145 bilhões.

Destinos	US$ bilhões*
Infra-estrutura	261,5
Recuperação da região de Sichuan	145,3
Desenvolvimento rural	54,1
Proteção ambiental	50,6
Moradia popular	40,7
Empresas de alta tecnologia	23,3
Serviços sociais	5,8

*Valores aproximados Fonte: Dragonomics

Mesmo com a expectativa e implementação de pacotes de estímulos, a desaceleração da economia chinesa apresentou-se de forma mais incidente e rápida do que o esperado pela maioria dos especialistas. Sob impacto da crise global, novas medidas para conter o desaquecimento foram e provavelmente ainda serão anunciadas pelo governo chinês. Nesse sentido, em 2009 a grande meta da China deverá ser a manutenção de ritmo de crescimento econômico não tão inferior ao registrado em anos anteriores, da mesma forma que o combate a inflação tornou-se tema central da agenda governamental durante 2007 e 2008. O presidente Hu Jintao ainda não ofereceu as diretrizes do esforço que está por vir, apenas ressaltou a necessidade para o bem-estar do país de "um crescimento estável e moderadamente acelerado". ■

Retrospectiva 2008

Desafios internos e crise financeira internacional definiram novas estratégias e prioridades adotadas pelo governo chinês em 2008

Categorizado como "o ano da China", 2008 termina de forma conturbada mundialmente. No aniversário de 30 anos das reformas de abertura econômica de Deng Xiaoping, a China pôde experimentar sentimentos opostos: orgulho e alegria por sediar os Jogos Olímpicos combinados à preocupação e tristeza com os desastres naturais e seus efeitos. Enquanto o primeiro semestre se concentrou em questões de relevância prioritariamente internas, o segundo semestre (especialmente após as Olimpíadas) foi marcado pela crise internacional e seus impactos na economia chinesa.

Leia mais
Carta da China 35

As fortes nevascas que atingiram a China em fevereiro de 2008, no pior inverno dos últimos 50 anos no país, evidenciaram problemas estruturais previamente existentes. Gargalos de infra-estrutura ocasionaram paralisação no transporte de alimentos e carvão, o que gerou cenário catastrófico em algumas províncias – cerca de 30 milhões de pessoas ficaram sem aquecimento e água potável. O desabastecimento de alimentos agravou ainda mais a inflação no país, em ascensão desde 2007, e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) durante a nevasca registrou aumento médio de até 7% com base no mesmo período do ano anterior.

Ainda, a situação foi agravada com o grande volume de pessoas que se deslocavam em razão de feriado nacional de Ano Novo. Os transtornos ocasionados pelas condições climáticas inviabilizaram o transporte dos passageiros e deixaram estações superlotadas – muitas empresas incentivaram seus empregados a permanecerem trabalhando. Simultaneamente, as complicações também afetaram o transporte de carvão e acentuaram problemas decorrentes de ineficiência energética do país. Naquele momento, o governo central adotou medidas que foram alvo de críticas por seu caráter imediatista.

Leia mais
Carta da China 38

Poucos meses depois, o país enfrentou novo período de turbulência: o terremoto na província de Sichuan. Este, o pior em 32 anos, causou cerca de 90 mil mortes e caos em todo o país. A região é uma das principais responsáveis pela produção de arroz e carne de porco e a tragédia tornou-se mais um elemento a pressionar os preços de alimentos na

China. O governo chinês elaborou plano de reconstrução da província avaliado em US$ 58,3 bilhões, implementado no segundo semestre de 2008. Para 2009 e 2010, estão previstos novos investimentos em infra-estrutura na região.

Devido ao desmoronamento de centenas de instalações públicas, como escolas e hospitais, houve questionamentos quanto a política de filho único e gestão de governos anteriores e atual. Apesar dos enormes esforços do governo para auxiliar e resgatar as vítimas, sua demora também foi arduamente criticada. Além da dificuldade de acesso aos locais mais afetados, o excesso de burocracia para definir o andamento dos planos de salvamento causou revolta.

As proporções do desastre mobilizaram a comunidade internacional, inclusive inimigos históricos como Japão, que prestou solidariedade por meio de doações e equipamentos de resgate. O terremoto conseguiu ainda desviar atenção de protestos em prol de maior autonomia do Tibete, que levou alguns chefes de Estado a ameaçarem boicote à abertura dos Jogos Olímpicos.

Leia mais
Carta da China 39

As Olimpíadas de Pequim criaram grande expectativa e conquistaram seu espaço na mídia internacional. Com grandiosa organização e cerimônias de abertura e encerramento próximas da perfeição desejada pelo governo, os Jogos Olímpicos surpreenderam a todos que ainda estavam descrentes da imponência do país. Apesar de não atingirem metas ambientais, a organização do evento, obras realizadas nas cidades-sedes e esforços para superação dos Estados Unidos no quadro de medalhas foram admiráveis.

A liberdade para a imprensa – aspecto muito questionado durante todo processo de organização das Olimpíadas – apesar de não corresponder ao desejado pela mídia ocidental, conquistou espaço relevante após o fim do evento. Em outubro, o governo autorizou a continuação da política de abertura iniciada em 2007 para jornalistas estrangeiros, que permanecerão sem precisar solicitar autorização governamental para entrevistar cidadãos chineses e viajar pelo país.

Leia mais
Carta da China 42

Talvez o aspecto mais relevante assistido por todo o mundo tenha sido o forte sentimento nacionalista que tomou conta da China - ora em reação às críticas internacionais, ora pelos desastres naturais, porém sempre fortalecido pelo próprio governo. As demonstrações de patriotismo e orgulho nacional apresentadas pelos cidadãos podem ter sido a maior conquista do Partido, apesar de ter se mantido alvo de moderadas críticas quanto às questões ambientais, direitos humanos e, novamente, autonomia do território tibetano durante os Jogos. Com população satisfeita, legitimou-se ainda mais o controle do governo chinês no território nacional.

Leia mais
Carta da China 40

Manutenção do crescimento econômico acelerado volta a ser foco do governo no cenário pós-Olimpíadas - O agravamento da crise financeira internacional a partir de meados de 2008 dificultou a consolidação de muitas das expectativas para a economia chinesa neste ano. Se no final de 2007 economistas estimavam que a China cresceria "apenas" 8% em 2008 no caso de desaceleração significativa da economia mundial, e até 10,5% caso a crise não se agravasse, a realidade parece ter ficado no meio termo. Os grandes bancos e consultorias estimam que o país cresça entre 9,3% e 9,6% nesse ano, porém com considerável tendência à desaceleração. Se o país crescera 10,4% no primeiro semestre de 2008, o terceiro trimestre viu o crescimento do PIB cair para 9% e é esperado que nos últimos meses do ano tal desaquecimento da economia seja ainda mais acentuado.

Leia mais
Carta da China 34

A desaceleração do PIB chinês, no entanto, não deve ser creditada inteiramente a fatores externos, de acordo com Dragonomics e Economist Intelligence Unit. Apesar da demanda internacional ter afetado expressivamente as exportações da China, em especial de produtos de menor valor agregado, a queda vertiginosa do mercado imobiliário também teve reflexo significativo, alterando nível de investimento real em ativos fixos (FAI, na sigla em inglês) no setor e em indústrias pesadas correlatas, como cimento e aço. O mercado de construção responde por 3/5 do total de FAI e sua acentuada desaceleração levou à queda do ritmo de expansão do índice, de 20,1% em 2007 para 15,1% nos três primeiros trimestres de 2008.

Desde meados de 2007, o governo central adotava políticas contracionistas para conter inflação e preços especulativos no mercado imobiliário, contudo, com a reversão do cenário em razão do agravamento da crise, estas políticas começam a ser substituídas por outras de estímulo ao crédito e ao setor. Em novembro de 2008, Pequim anunciou a redução de

impostos sobre compra de imóveis com menos de 90m² e de juros sobre empréstimos hipotecários, a fim de impulsionar compras no setor, além de ter anunciado a construção de 2,7 milhões de novas unidades residenciais de baixo valor até 2011. Desta maneira, espera-se que o setor de imóveis de baixo e médio valor, sobretudo, recupere-se já a partir de meados de 2009.

Os picos inflacionários de 2007 levavam a crer que o controle de inflação seria outro dos principais temas macroeconômicos chineses em 2008. No entanto, política contracionista de Pequim teve sucesso e, desde abril, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) tem diminuído de maneira constante, alcançando 2,4% em novembro. Da mesma forma, o Índice de Preços ao Produtor (IPP), que vinha apresentando aumento ao longo do ano, em parte em função da alta de preços de *commodities* no mercado internacional, apresentou forte queda a partir de agosto, decrescendo do pico de 10,1% para apenas 2% em novembro. Neste cenário, a inflação deixou de ser a principal preocupação do governo chinês, que relaxou política monetária e fiscal e já destaca a sustentação de ritmo de crescimento superior a 8% - e não combate à alta de preços - como principal objetivo econômico para 2009.

Leia mais
Carta da China 42

No que tange ao comércio bilateral sino-brasileiro, a China consolidou-se como grande parceira comercial do país. O país asiático, que já era o segundo parceiro comercial brasileiro em termos de importações e corrente comercial, de janeiro a setembro de 2008 empatou com a Argentina na segunda colocação em termos de destino das vendas brasileiras para o exterior. O primeiro semestre de 2008 marcou, da mesma forma, a consolidação da China como principal destino das exportações agrícolas brasileiras, com 11,7% de participação contra 8,5% dos Estados Unidos, que passaram ao terceiro lugar, atrás dos Países Baixos. A pauta de exportação brasileira para o país asiático manteve-se concentrada no setor básico, que respondeu por 82,2% do total de vendas para o mercado chinês, até setembro de 2008. Para 2009, a dupla desaceleração na demanda por *commodities* proporcionada pelo arrefecimento da economia chinesa e o aumento da eficiência produtiva industrial do país (ainda em processo de desenvolvimento) deverá ser atenuada pelo pacote de cerca de US$ 580 bilhões de estímulo à economia. A maior parte deste montante será destinada a obras de infra-estrutura e, consequentemente, deverá manter aquecida as vendas de minério de ferro brasileiro para a China que, junto de complexo soja e petróleo, correspondeu a cerca de 90% das exportações brasileiras para o país de janeiro a outubro de 2008.

O ano de 2008 trouxe surpresas tanto para a China, quanto para seus analistas. Algumas previsões se concretizaram - como o sucesso dos Jogos Olímpicos e o conseqüente fortalecimento do Partido Comunista -, enquanto outros acontecimentos fora do controle do governo alteraram rumos da política e economia chinesas, como desastres naturais e agravamento da crise de liquidez internacional. Se até meados de 2008 inflação e suposto superaquecimento da economia eram motivos de inquietude em Pequim, ao final de 2008 assiste-se ao reconhecimento da manutenção (ou retomada) de ritmo de crescimento como elemento necessário ao equilíbrio entre estabilidade econômica, política e social do país.

Dragonomics
Research & Advisory

Curto circuito

Arthur Kroeber, Rosalea Yao e Dawn Lee[1]

A recorrência de desabastecimentos de energia neste ano trouxe atenção renovada para uma das peças menos compreendidas da infra-estrutura industrial chinesa: geração e oferta energética. A demanda energética supera a oferta em ao menos 5% em grande parte do país e por uma margem ainda muito maior em uma ou duas províncias industriais como Shandong. Preocupado com a habilidade da escassez energética em limitar o crescimento chinês, o governo estabeleceu time de alto nível para pensar em como consertar o sistema.

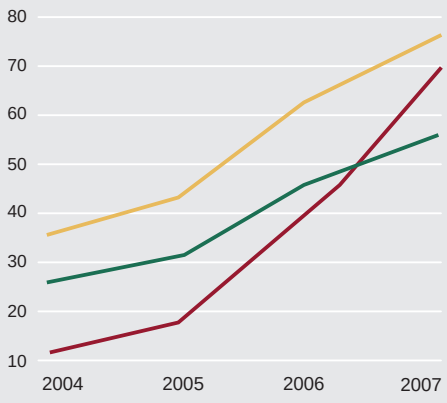
[1] Arthur Kroeber co-editor do China Economic Quarterly e diretor da Dragonomics Research & Advisory, empresa de pesquisa especializada em economia chinesa; Rosalea Yao é gerente de pesquisas da Dragonomics; Dawn Lee é jornalista em Pequim, especializado em questões energéticas.

O senso comum afirma que o problema básico é que os preços de carvão subiram enquanto tarifas para consumidores permaneceram fixas. Essa distorção de preços teria destruído as margens de lucro das geradoras. A solução, portanto, seria liberar os preços de eletricidade. Esta simples interpretação não é satisfatória. Preços de carvão têm subido por seis anos. Durante período em que as margens de geradoras deveriam, portanto, estar reduzindo, estas permaneceram em grande parte constantes, e, ao contrário de "apertar os cintos", as geradoras acresceram o equivalente a três Alemanhas em capacidade. O verdadeiro problema hoje não é escassez de capacidade (na realidade, seguindo a tendência atual, a China pode ter excesso de capacidade em 2011). É, na verdade, um sistema de transmissão e distribuição (T&D) ineficiente, combinado a uma estrutura de controle altamente fragmentada que possibilita aos governos locais estabelecer negócios especiais, a preços fora do mercado, com consumidores favorecidos. Reajustar preços para restaurar margens das geradoras – ainda que um passo necessário – não resolverá nenhum destes problemas.

Como nos metemos nessa confusão - Ao final de 2002, a antiga "State Power Corporation" foi desmembrada em cinco empresas geradoras de energia (as "Cinco Grandes"), que operam somente ao longo de linhas regionais, e duas empresas de distribuição de energia que operam como monopólios regionais. O efeito desta reestruturação foi triplo. Primeiramente, às minas de carvão foi finalmente permitido obter lucros, após anos sendo forçadas a vender carvão com perdas. Suas margens têm aumentado constantemente desde então. Em segundo lugar, as Cinco Grandes geradoras iniciaram um frenesi de investimento em construção de capacidade. Isto foi, em parte, uma resposta à severa escassez de capacidade, mas também refletia o interesse comercial das geradoras, que era de ganhar participação de mercado o mais rápido possível. Elas puderam fazê-lo porque, apesar do aumento do preço de carvão, suas margens e lucro agregado permaneciam robustos, e porque absorveram montanhas de dívidas: as Cinco grandes hoje apresentam *collective debt to equity ratio* de 4:1. Especulamos que as margens permaneceram firmes apesar do aumento de preço do carvão porque as Cinco Grandes vem conseguindo reduzir acordos de tarifas preferenciais herdados – ou seja, foram capazes de aumentar preços efetivos, que estavam bastante abaixo das tarifas oficiais publicadas para algo mais próximo destas. O terceiro efeito foi que as companhias de transmissão monopolistas tiveram pequeno incentivo para investir em novas linhas de transmissão, tanto porque possuíam monopólio, quanto porque estavam relativamente privadas de fundos: inicialmente, a maior parte dos lucros da eletricidade ia para geradoras e não para as distribuidoras.

Divisão dos espólios

Lucros agregados da geração e distribuição de eletricidade - Em billhões de Renminbi



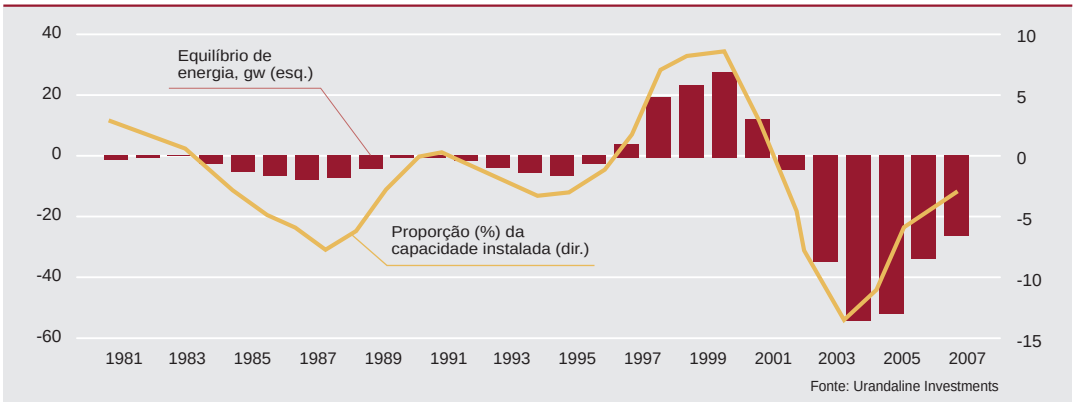
Estimativa alta para geradoras presume que todas as unidades geradoras são lucrativas às mesmas taxas que as Cinco Grandes. Estimativa baixa presume que as geradoras localmente controladas ganham 25% menos por MW de capacidade instalada e possuem margem de lucro 25% menor que as Cinco Grandes.

Fonte: Dragonomics

Este arranjo instável manteve-se de forma razoável até a segunda metade do último ano. Neste momento, geradoras haviam perdido habilidade de absorver alta dos custos de carvão por meio de aumentos extra-oficiais de tarifas e, assim, suas margens começaram a desabar. Preços de carvão começaram a acelerar devido ao fechamento de diversas minas pequenas por motivos de segurança. Não estando dispostas a pagar preços mais elevados pelo carvão, geradoras deixaram que seus estoques se esvaíssem e então foram obrigadas a fechar quando viram-se sem carvão. Em função do investimento inadequado em transmissão, o sistema não tinha virtualmente nenhuma capacidade de transferir carga de áreas ricas em energia para áreas mais pobres. Assim, apesar de capacidade adequada, a China enfrenta agora um déficit energético nacional de ao menos 5%, com geração estando até um terço abaixo da demanda em determinadas regiões mais atingidas, como Shandong.

Da escassez ao excesso - O equilíbrio de energia na China e os dados de horas de operação das plantas demonstram claro padrão de alternância entre escassez e excesso, em ciclos de cinco a sete anos que vão do ápice ao nível mais baixo. Estes ciclos estão correlacionados com alternâncias no crescimento do PIB: quando o crescimento desacelerou em 1989-91 e de novo em 1997-99, o equilíbrio energético passou de deficitário para superavitário. O excesso de investimento em nova capacidade de geração em 1991-95, seguido de baixo investimento nos anos seguintes, intensificou a magnitude das duas últimas alternâncias.

Variações maiores – equilíbrio energético da China de 1981 a 2007



Fonte: Urandaline Investments

Tais fatos sugerem que em 2011-12 a China pode estar de volta ao excesso de capacidade. Crescimento do PIB e produção industrial vem desacelerando e devem atingir o ponto mais baixo em 2009-11 – apesar deste mínimo ser muito menos acentuado do que ocorreu na desaceleração severa de 1997-99. Enquanto isso, nova capacidade de geração instalada explodiu nos últimos anos e muito mais está sendo construído.

Além disso, parte desta nova capacidade de geração não está correlacionada com demanda existente, muito menos com o ritmo mais lento de crescimento futuro da demanda. Uma razão fundamental são as ineficiências na transmissão. Evidências extra-oficiais de Jiangsu no ano passado revelaram que, apesar da província como um todo possuir capacidade de geração de energia adequada, novas plantas de geração estavam sendo desenvolvidas. A razão é que a maior parte da capacidade geradora estava no norte da província, rico em carvão, enquanto a demanda estava no sul industrial. As duas regiões eram ligadas por apenas um único condutor que já operava a toda capacidade e para o qual não havia planos de expansão. Como conseqüência, nova capacidade de geração teve de ser construída no sul, em adição à real demanda da província.

Portanto, a atual escassez de energia não se deve à baixa capacidade geradora (a razão para os desabastecimentos de 2003-04), mas sim por conta da limitação cíclica de oferta de carvão (que leva ao bizarro fenômeno de horas de operação das plantas caindo em meio a *brownouts*[2]) e de problema estrutural de transmissão ineficiente e inadequada. Ao longo dos próximos anos a oferta de carvão deve ser incrementada, e a eficiência no uso de carvão das geradoras deve aumentar, significando que escassez de carvão deve diminuir substancialmente. Ineficiências na transmissão podem, também, melhorar. Com o relaxamento de amarras sobre a oferta, e (talvez) uma desaceleração na demanda energética, o palco está pronto para a China passar de escassez para excesso. As variáveis determinantes serão a) quão rápido a infra-estrutura de transmissão será melhorada e b) se a taxa de crescimento da capacidade de geração instalada pode ser desacelerada.

Pergunta central: quem é dono do que? - Falhar em compreender quem possui os ativos do setor energético da China pode levar a profundos enganos. A estrutura de controle das minas de carvão, geradoras de energia e transmissoras é fator determinante de preços e obstáculo central à reforma do setor.

De acordo com a reestruturação da indústria feita pelo governo central no final de 2002, a geração de energia está nas mãos de cinco grandes companhias geradoras; distribuição de energia está a cargo de duas grandes distribuidoras regionais; e tarifas tanto no processo geração-distribuição quanto no processo distribuição-consumidores são determinadas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês). Esse

[2] Períodos de voltagem reduzida da luz elétrica, decorrentes de excesso de demanda, e que tem como conseqüência iluminação reduzida (do inglês "*Brown*" – marrom – e "*Blackout*" - apagão).

esquema corresponde parcialmente à realidade. Em 2007 as Cinco Grandes geradoras controlavam apenas 43% da capacidade. Os governos locais respondem pela maior parte da capacidade além das Cinco Grandes e nos últimos cinco anos têm alcançado as grandes empresas uma a uma (Veja "Pense localmente"). As duas maiores distribuidoras, na verdade, compreendem seis distribuidoras regionais autônomas e desconectadas: menos de 2% da produção elétrica chinesa pode ser transferida de uma região para outra. E cada uma destas seis distribuidoras regionais compreende distribuidoras provinciais altamente autônomas, que por sua vez são formadas por escritórios locais que freqüentemente possuem grande autoridade sobre que usuários recebem quanta energia e a que preço.

Pense localmente – capacidade de geração de energia por propriedade

	Final de 2007		Nova capacidade líquida instalada de 2004 a 2007	
	gw	Part. (%) do total	gw	Part. (%) do total
Cinco Grandes empresas geradoras	304	43	138	42
Governos locais	288	40	131	40
Agências do governo central	79	11	40	12
Privadas/estrangeiras	43	6	20	6

Fontes: State Electricity Regulatory Comission e Dragonomics

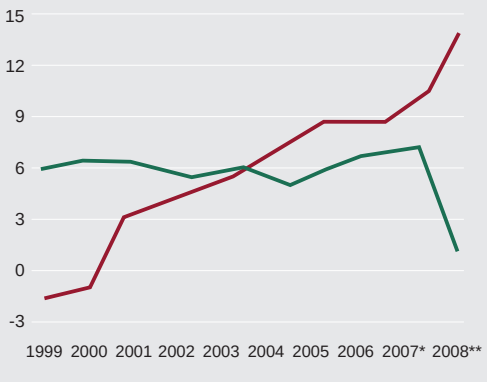
O exato alcance de autoridade local em determinada instância depende de como a propriedade de ativos está distribuída. Se o governo local controla tanto a planta produtiva quanto a mina de carvão que a fornece, é óbvio que possui considerável habilidade em prover energia a um bom preço para usuários favorecidos. Tais esquemas preferenciais não aparecem nas estatísticas de preço médio de energia. Se não possuir nem a planta geradora nem as minas de carvão, então é provável que sua influência seja limitada e que tanto a planta como a mina operem de maneira mais direta em termos comerciais.

Reformas intricadas à frente - A visão simples e prevalente da situação atual no setor energético da China é o clássico desequilíbrio gerado pela "desregulação parcial", no qual os custos do produtor (neste caso, carvão) são desregulados, mas preços ao consumidor (eletricidade) possuem teto. Essa é uma ótima maneira de se destruir uma indústria. Desregulações parciais semelhantes ajudaram a causar a crise norte-americana de "poupança e empréstimo" nos anos 1980 e o fiasco do mercado energético da Califórnia em 2002.

Existe, claramente, muita verdade nesta visão. Preços de carvão aumentaram aproximadamente três vezes desde 2002, enquanto preço para usuário final subiu menos de 30%. No entanto, é também verdade que a maior parte desta mudança em preços relativos apenas deslocou os lucros extras das geradoras energéticas, onde residiam, para a mineração de carvão. Até muito recentemente as geradoras não sofriam problemas sérios com aumento dos preços de carvão e, na verdade, provavelmente investiram em excesso em nova capacidade geradora.

Ladeira à baixo

Var. (%) de margens de lucro da mineração de carvão e geração de energia



* Dados de janeiro a novembro de 2007.
** Dados de janeiro a novembro de 2008.

Fontes: Escritório Nacional de Estatísticas da China e Dragonomics

Contudo, simplesmente aumentar preços para consumidores finais para um nível em que se restaurem as margens das geradoras ao que era dois ou três anos atrás não seria uma reforma útil. Tudo isso somente incentivaria a construção de mais capacidade geradora, o que, pode-se afirmar, é desnecessário. Tarifas devem ser reajustadas a fim de tirar as geradoras do vermelho, mas a tarefa mais importante é criar incentivos para maior investimento em capacidade de distribuição. É improvável que, por si só, uma reforma de preços alcance este objetivo. A explosão em capacidade geradora ocorreu em função da competição de companhias geradoras e governos locais por maior participação de mercado. Os monopólios de transmissão, não operando em mercado competitivo, terão incentivo muito menor em investir mesmo estando inundados de dinheiro pelas reformas de preço.

A resposta do governo é que as duas companhias de transmissão devem ser listadas no mercado de ações assim que possível. A incapaz, mas criativa Comissão Reguladora de Eletricidade do Estado (*State Electricity Regulatory Comission*) aparentemente acredita que foi a listagem no mercado de ações que levou ao super-investimento das Cinco Grandes e espera que a pressão de investidores faça o mesmo com as companhias de distribuição. Southern Grid, a menor e mais administrável entidade, será a primeira a ser listada, seguida pela State Grid.

Mas a listagem não será o suficiente. Competição, e não listagem, foi o principal instrumento de estímulo às geradoras. Listar empresas que detém monopólio não vai diminuir as implicações de companhias desta natureza. Uma opção seria recombinar as distribuidoras regionais com ativos de geradoras, criando estruturas regionais integradas (na essência, o modelo norte-americano). Isso, contudo, arrisca fortalecer "barões" locais, cujo poder Pequim busca enfraquecer. Outra possibilidade seria criar maior competição entre distribuidoras regionais por meio da melhora de interconexões, permitindo, assim, que distribuidoras com excesso de capacidade lucrem com sua venda para outras com menor capacidade. Essa seria, contudo, uma tarefa complexa.

A outra grande tarefa é enfraquecer o poder de governos locais de controlar mineração de carvão, geração de energia e sua distribuição. Enquanto governos locais puderem oferecer energia a preços baratos para quem desejarem, esforços no nível central para regular a indústria serão impotentes. Grupos regionais de energia – nos quais geradoras fazem ofertas para prover energia às distribuidoras no nível regional – não irão funcionar a menos que tanto distribuidoras quanto a autoridades responsáveis sejam controladas a nível regional e não local. O objetivo de erodir o poder local pede redução mais longa e mais severa nas margens de geradoras. As Cinco Grandes podem sobreviver graças a sua maior escala e acesso a empréstimos e subsídios direcionados pelo governo central, mas unidades menores, localmente controladas, terão que fechar (ou fundir-se a operadoras maiores) caso permaneçam no vermelho por muito tempo.

No momento, Pequim não parece ter um plano. Está apenas ajustando minimamente preços para garantir que a escassez de energia deste verão não fuja de controle, mas uma estratégia mais ampla de reestruturação da indústria não está em evidência. Desabastecimentos de energia irão diminuir ao longo dos próximos 12 meses, uma vez que problemas com a oferta de carvão e transporte serão solucionados. No entanto, no longo prazo, uma reestruturação mais profunda dos ativos da indústria é necessária se a China espera escapar dos males de excesso e escassez de capacidade. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 4.10.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Curtas

Comércio bilateral

China permite entrada de frango brasileiro e negociações de carne suína avançam

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil anunciou, em 04 de novembro, que a missão para reabertura do mercado chinês ao frango brasileiro foi bem sucedida. A liberalização tem efeito imediato e 24 estabelecimentos de oito estados brasileiros, já habilitados, estão aptos a exportar para o país asiático. Contudo, ainda não foram divulgados detalhes sobre de que forma serão concedidas as licenças. Desde a interrupção das exportações do produto para a China, em 2006, a carne de frango brasileira tem acesso ao mercado do país asiático através de Hong Kong, para onde exporta cerca de 350 mil toneladas do produto anualmente. Até 2015, estima-se que a China dobre o volume de carne de frango importada, a fim de superar sua limitação estrutural de produção agropecuária e atender ao aumento do consumo per capita, decorrente da continuidade da expansão da renda familiar média chinesa.

Com relação às exportações brasileiras de carne suína, foi ratificado protocolo que estabelece condições de saúde veterinária, inspeção e quarentena. Tal fato foi possível somente após visita de missão chinesa a criadouros e matadouros de suínos no Brasil em outubro de 2008. A fim de aprofundar cooperação sino-brasileira no que tange à padronização de medidas sanitárias para comercialização de frutas, lácteos, carnes bovina, suína e de aves, bem como material genético avícola, foi criado grupo de trabalho entre técnicos do MAPA e da Administração de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ, na sigla em inglês).

Aviação

Boeing anuncia expansão enquanto governo chinês restringe novas aquisições de aeronaves

A Administração da Aviação Civil da China (CAAC, na sigla em inglês) determinou suspensão de compra de novas aeronaves pelas empresas chinesas do setor até 2010. O órgão afirmou ainda que continuará a reduzir impostos incidentes sobre empresas do setor e adotará medidas necessárias para tornar o combustível para aviação mais acessível. A medida reflete necessidade de ajuste de custos operacionais e equilíbrio entre oferta e demanda de aeronaves, uma vez que houve queda significativa de viagens domésticas e internacionais impulsionadas pela crise financeira mundial. A CAAC objetiva com essas restrições manter o crescimento anual de 10% da indústria aérea em 2009.

Mesmo diante da suspensão de compras de aeronaves até 2010, a Boeing declarou que investirá US$ 21 milhões para expandir a capacidade produtiva de sua *joint-venture* na cidade de Tianjin, norte da China. A fábrica, inaugurada em 2002, produz materiais que compõem estrutura secundária e partes interiores de diversos modelos da Boeing e, quando concretizada em 2013, terá crescimento de 60% de sua capacidade produtiva. Também está previsto a contratação de 300 novos trabalhadores, aumentando para 1000 o número de funcionários da fábrica.

Reservas

China ultrapassa Japão e torna-se maior credora da dívida externa norte-americana

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou, em meados de novembro de 2008, que a China tornou-se a maior credora da dívida externa norte-americana, ultrapassando o Japão. Em setembro, o investimento chinês em títulos do Tesouro aumentou US$ 43,6 bilhões, para US$ 585 bilhões, enquanto o Japão reduziu US$ 12,8 bilhões, para US$ 573,2 bilhões. Com quase 10% dos títulos da dívida norte-americana, a China pode ser, ainda, o maior credor absoluto dos Estados Unidos, uma vez que o Tesouro não possui registros de credores domésticos e é pouco provável que ultrapassem o montante da China.

Esta nova posição demonstra a interdependência entre os dois países e a crescente relevância da China no cenário econômico mundial. Ainda que o ritmo de crescimento das exportações líquidas e da taxa de acumulação de reservas continue a desacelerar, a China possui a maior reserva em capital estrangeiro mundial – US$ 1,9 trilhão –, e com isso tornou-se o principal financiador da dívida externa norte-americana, de cerca de US$ 1 trilhão anual. Nos Estados Unidos, tal financiamento permite juros mais baixos e condições de empréstimo mais flexíveis, impulsionando o consumo de bens importados e sustentando o déficit.

Legislação

Autoridades provinciais ganham maior autonomia sobre aprovação de investimento estrangeiro na China

A fim de facilitar processo de injeção de capital em empresas estrangeiras atuantes na China, Ministério do Comércio (MOFCOM, na sigla em inglês) delegou parte de sua autoridade administrativa para aprovação de investimentos estrangeiros às autoridades provinciais, em dois relatórios oficiais publicados em agosto e setembro de 2008. Com a mudança, empresas estrangeiras que antes aguardavam por aprovações do MOFCOM, poderão recorrer diretamente a governos locais para aumento de capital registrado ou investimentos totais, quando estes não ultrapassem US$ 100 milhões para empresas de

setores classificados como permitidos ou encorajados para receber capital estrangeiro e, para setores cujo investimento estrangeiro é restrito, que não excedam US$ 50 milhões. A criação ou conversão de empresas coligadas de capital estrangeiro estará também a cargo de autoridades locais, que ainda passam a ser responsáveis pela aprovação para estabelecimento de empresas estrangeiras de atacado e varejo.

Imprensa

China relaxa controle sobre atuação de agências de notícias financeiras estrangeiras no país

Após consulta a Organização Mundial de Comércio (OMC), Estados Unidos, Canadá e União Européia conseguiram maior flexibilização na atuação de agências estrangeiras de notícias financeiras na China. Com o acordo assinado em novembro de 2008, o governo chinês se comprometeu a acabar com monopólio de distribuição de informações pela agência estatal de notícias do país, Xinhua, e criar agência reguladora independente até novembro de 2009, permitindo que a imprensa internacional ofereça seus serviços diretamente a clientes. A Xinhua atuará apenas como órgão supervisor e não será mais necessário fornecimento de informações confidenciais de clientes para renovação de licenças de operação no país.

Apesar de restrições a jornalistas estrangeiros atuantes na China, até junho de 2006 os serviços de informação financeira operavam de maneira relativamente independente. Desde então, agências como Bloomberg, Dow Jones e Thompson Reuters foram proibidas de vender informação diretamente a clientes na China, sendo obrigadas a fazê-lo por meio de agente único sob controle da Xinhua. Ainda, pedidos de renovação de licença de atuação tinham de ser acompanhados de revelação de informações confidenciais de clientes e fornecedores internacionais a agência reguladora, também pertencente à Xinhua. De acordo com os países reclamantes, tais medidas não apenas reforçavam o controle sobre a circulação de informações na China e representavam desvantagem competitiva para as empresas internacionais com negócios no país, como também iam de encontro a compromissos assumidos pela China no Protocolo de Acesso à OMC.

Leia mais
Carta da China 21

Setor automotivo

Chery recebe empréstimo do Eximbank chinês para expansão internacional, mas cancela projeto com Chrysler

O Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank, na sigla em inglês) anunciou, em dezembro, a liberação de cerca de US$ 1,5 bilhão para financiar a expansão dos negócios internacionais da Chery Automobile, maior produtora nacional de veículos automotores da China. Em 2007, as exportações da Chery responderam por 32% do total de veículos produzidos pela empresa, ou 119.800 unidades. Para 2008, a companhia planejava exportar 180.000 veículos, que responderiam por 38% do total de 480.000 unidades produzidas. No entanto, a desaceleração da demanda internacional levou a empresa a reduzir sua previsão de exportações para 140.000 veículos, impossibilitando-a de alcançar meta de 480.000 unidades produzidas.

A expansão internacional da Chery foi também prejudicada pelo cancelamento de parceria com a Chrysler para produzir pequenos veículos, a serem vendidos sob a marca Dodge na América do Norte e do Sul. De acordo com representantes das duas empresas, o cenário de crise internacional provocou mudanças de estratégias e prioridades, o que fez da parceria entre a Chery e a Chrysler menos interessante. Contudo, em abril de 2008, executivos da Chrysler afirmaram que o projeto conjunto, anunciado em julho de 2007, estava demorando para apresentar suas primeiras unidades em razão da dificuldade em adaptar modelos chineses aos mais rígidos padrões ambientais e de segurança do mercado internacional.

Sistema financeiro

Fundo soberano chinês não será a salvação de instituições financeiras internacionais

China Investment Corp (CIC), fundo soberano chinês, anunciou ao início de dezembro de 2008 que não irá mais investir em instituições financeiras ocidentais em razão da crise de

liquidez internacional vigente. Com o objetivo de diversificar investimentos e reduzir dependência de títulos do Tesouro norte-americano, o CIC foi criado em setembro de 2007 e administra cerca de US$ 210 bilhões, dos quais a maior parte destina-se a investimentos domésticos. A política de maior cautela de investimentos é resultado de perdas superiores a US$ 6 bilhões em aquisições de participações em instituições como Blackstone Group, Morgan Stanley e Barclays.

Aquisição

Compra da Anheuser-Bush pela InBev é aprovada pela China

A China, atrás somente dos Estados Unidos como maior mercado mundial de cerveja, aprovou a compra da Anheuser-Busch pela InBev por US$ 52 bilhões, porém com restrições ao aumento de sua participação no mercado chinês. A aquisição, após ser aprovada por órgãos reguladores dos mais importantes mercados da empresa, transformou a InBev a maior cervejaria do mundo.

A aprovação da China está condicionada a manutenção de participação atual da InBev nas cervejarias Tsingtao e Zhujiang, de 27% e 28,5%, respectivamente. Para aquisição de participações em outras empresas do setor em que ainda não é acionista, a InBev estará sujeita a avaliação mais rigorosa do governo chinês. O Ministério do Comércio afirmou que as restrições acordadas não deverão impactar sobre a competitividade da indústria chinesa de cervejas, uma vez que o setor tem apresentado crescimento de 5% anuais desde 2006 e 2008.

As condições impostas pela China, baseadas em sua recente lei anti-monopólio, foram criticadas internacionalmente. Analistas temem que a China esteja usando a promoção da competição apenas como justificativa para proteção de sua política industrial. Também foram levantados questionamentos em relação à aprovação da aquisição da empresa China Huiyuan Juice Group pela Coca-cola, que está sendo revista pelo governo chinês sob as mesmas alegações.

Leia mais
Carta da China 40

Relacionamento bilateral I

Grécia e China estreitam sua relação com construção de terminal de containers

A visita do presidente Hu Jintao à Grécia em novembro de 2008 rendeu bons resultados. Além dos países se comprometerem em elevar o nível de cooperação estratégica, principalmente maior cooperação bilateral nas áreas de energias, meio ambiente e turismo, foi assinado acordo de US$ 5,7 bilhões para a construção do terminal de containers no Porto Piraeus na Grécia, que deverá estar pronto em 2014. Cosco Pacific, empresa estatal chinesa operadora de containers, recebeu concessão de 35 anos para exploração dos terminais e se comprometeu a investir cerca de US$ 830 milhões na expansão do terminal existente e na construção de um novo com capacidade de abarcar navios de grande porte. É previsto que o investimento aumente em três vezes a capacidade do terminal e crie aproximadamente mil novos empregos.

A localização do porto possui importância estratégica para a China, uma vez que o local é fundamental na transferência de containers para navios menores que possam navegar no estreito de Bosphorus, local de acesso aos portos na Romênia, Ucrânia e Geórgia. O controle do terminal também aumenta a importância da China nas transações comerciais marítimas no Mediterrâneo.

Petróleo

China divulga plano de reforma no sistema de preços de combustíveis

Diante de queda abrupta do preço do petróleo no mercado internacional, governo chinês divulgou plano de reforma de preços de combustíveis no país para consulta popular, que respondeu positivamente a mudanças sugeridas. O projeto, que ainda será submetido ao Conselho de Estado para obter a aprovação final, pretende abolir seis taxas incidentes sobre manutenção e administração de rodovias e canais, bem como criar novo imposto sobre gasolina e diesel, que deverá aumentar o preço por litro em US$ 0,1 e menos de US$ 0,01, respectivamente, para estimular uso de veículos menores e mais econômicos.

De acordo com o Comitê Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), a reforma permitirá ainda maior flutuação de preços do petróleo refinado no mercado interno, porém, esta permanecerá regulamentada pelo governo e sem relacionar-se diretamente a preços do produto no mercado internacional. As primeiras propostas de reforma no sistema de fixação de preços do petróleo no mercado chinês tiveram início em 1994. Contudo, o projeto ganhou força apenas com a recente queda do preço mundial do petróleo, em aproximadamente 70%. Se aprovado pelo Conselho de Estado, a reforma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Relacionamento bilateral II

Quinto Diálogo Econômico Estratégico entre China e Estados Unidos traz novos acordos e linha de crédito para países em desenvolvimento

China e Estados Unidos assinaram novos acordos de cooperação energética e ambiental, bem como criação de linhas de crédito a importadores de países em desenvolvimento no valor de US$ 20 bilhões – a serem financiadas pelos Bancos de Exportação e Importação de ambos os países. Os acordos foram assinados durante quinta edição do Diálogo Econômico Estratégico (SED, na sigla em inglês), fórum de cooperação bilateral liderado pelo secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Henry Paulson, e o vice-primeiro-ministro chinês, Wang Qishan, ao início de dezembro de 2008, em Pequim.

Leia mais
Carta da China 42

O quinto Diálogo Estratégico marca, também, o último encontro com Henry Paulson à frente da delegação norte-americana. Com posse da nova administração de Barack Obama em 20 de janeiro de 2009, especialistas perguntam-se se o Diálogo manterá sua relevância sem a figura de Paulson e mesmo se a liderança continuará com o Tesouro ou passará para outra agência do governo dos Estados Unidos. Em momento de crise econômica global, retração das exportações chinesas e pressões internas para que Pequim reverta o processo de valorização do Renminbi, a continuidade de cooperação de alto nível será fundamental para lidar com a questão do crescente déficit comercial norte-americano com o país asiático.

Relacionamento bilateral III

Crescem desentendimentos e protecionismo entre União Européia e China

Em medida diplomática considerada severa por analistas, Pequim cancelou, com menos de uma semana de antecedência, sua participação na XI Cúpula China-UE. A razão para o cancelamento foi o encontro, marcado para dezembro de 2008, entre o presidente francês – e atualmente também presidente da UE – Nicolas Sarkozy e Dalai Lama, líder espiritual dos tibetanos, na Polônia. O governo chinês afirmou que o encontro entre Sarkozy e o representante do Tibete impedia "atmosfera boa e necessária" para a realização da cúpula, que ainda não teve nova data marcada. O impasse ocorreu semanas depois de fracassar nova rodada de negociações entre China e representantes do Dalai Lama, a fim de redefinir o status do Tibete.

No âmbito comercial, a União Européia intensificou medidas *antidumping* contra produtos chineses. Em menos de um mês, a Comissão Européia aprovou quatro medidas *antidumping* provisórias – para velas e arames de aço – ou definitivas – para glutamato monossódico e ácido cítrico importados da China. Em seguida, o comitê *antidumping* da União Européia também recomendou aplicação de medidas contra parafusos e porcas originários do país asiático, utilizados largamente nas indústrias automobilística e de maquinário. As importações de porcas e parafusos chineses somaram mais de US$ 700 milhões em 2007 e a tarifa adicional sugerida é de até 87%, o que torna o caso um dos maiores casos de *antidumping* aplicados contra a China. Em 2007, o déficit da União Européia com a China superou US$ 200 bilhões.

Controle de qualidade

F.D.A norte-americano abre primeiro escritório na China, em seguida a novas acusações de contaminação de alimentos

A Administração de Alimentos e Remédios (FDA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos inaugurou em Pequim, em novembro, o primeiro de três escritórios na China para supervisionar a qualidade de produtos a serem exportados para os EUA. O anúncio ocorreu

em seguida à reunião trilateral entre China, Estados Unidos e União Européia que resultou em declaração sobre a necessidade no acompanhamento de produtos, além de cooperação em padrões, troca de experiências e ações conjuntas. O escritório trabalhará com autoridades locais e indústrias exportadoras, provendo assistência técnica, conduzindo inspeções e promovendo programas de certificação de qualidade.

Apesar da abertura de escritórios no exterior ser estratégia mais ampla da FDA – novas unidades serão instaladas na Índia, América Latina e Europa ainda em 2008 -, a escolha por iniciar o processo por Pequim denota a urgência do controle de qualidade no país, maior fornecedor dos Estados Unidos. O problema de alimentos contendo substâncias prejudiciais à saúde advindos da China não é recente e se enquadra em cenário mais amplo de preocupação internacional com qualidade dos produtos chineses. Escândalos como os da contaminação do leite em setembro de 2008 têm reduzido a confiança externa nos produtos *made in China* e, portanto, a abertura do escritório da FDA e a cooperação com outros países para fiscalizar a produção no país asiático são também de interesse do governo chinês.

Desenvolvimento humano

Relatório de Desenvolvimento Humano reconhece enormes avanços feitos pela China, mas pressiona por reformas na provisão de serviços públicos

A China “alcançou um milagre na história da redução da pobreza mundial” e “está movendo-se de sociedade de subsistência para sociedade desenvolvimentista”, afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano da China, divulgado em novembro pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceira com o China Institute for Reform and Development.

Segundo, o Relatório, ao longo dos 30 anos desde sua abertura no fim da década de 1970, a China diminuiu taxa de pobreza no campo de 30,7% para 1,6%, além de ter alcançado avanços significativos na redução do analfabetismo, diminuição da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida. O Relatório ressalta, ainda, a forte correlação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano - entre 1980 e 2005, o crescimento do PIB chinês respondeu por 52,2% do crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país -, por meio de expansão ampla da renda per capita e dos gastos governamentais.

O documento aponta, contudo, que a atual fase no processo de desenvolvimento chinês apresenta novos desafios às autoridades do país. Para que possa prosseguir com avanços nos índices de Desenvolvimento Humano, é crucial que o governo chinês amplie a provisão de serviços básicos que apresenta profundo desequilíbrio entre determinadas regiões – em especial entre as áreas urbana e rural – e entre grupos sociais. O sistema dual de aposentadoria, seguro-desemprego, educação e seguro médico – que privilegia centros urbanos e certas regiões – impede a diminuição da ampla desigualdade existente no nível de Desenvolvimento Humano do país. Desta maneira, o relatório propõe diversas medidas, centradas na garantia de provisão de serviços básicos a todos os cidadãos, a fim de permitir não apenas desenvolvimento mais igualitário, mas também crescimento sustentado pelo consumo e menos dependente de investimento e exportações.

Carta da China
A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores
Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor
cebc@cebc.org.br

Edições anteriores
Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico
Presto Design